

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

MEDIDA PROVISÓRIA	EMENTA	TRAMITAÇÃO
<u>Medida Provisória nº 909, de 10/12/2019</u>	Extingue o fundo formado pelas reservas monetárias de que trata o art. 12 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, e dá outras providências.	Transformada na <u>Lei Ordinária nº 14.007/2020</u> com veto parcial. A matéria aguarda edição de decreto legislativo até 17/08/2020.
<u>Medida Provisória nº 921, de 07/02/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 11.287.803,00, para os fins que especifica.	Término do prazo de vigência em 8 de junho de 2020. Medida Provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 924, de 13/03/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R\$ 5.099.795.979,00, para os fins que especifica.	Término do prazo de vigência em 14 de julho de 2020. Medida Provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 925, de 18/03/2020</u>	Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.034, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 926, de 20/03/2020</u>	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14035, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 927, de 22/03/2020</u>	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.	Término do prazo de vigência em 19 de julho de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 928, de 23/03/2020</u>	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.	Término do prazo de vigência em 20 de julho de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 929, de 25/03/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das Relações Exteriores, da Defesa e da Cidadania, no valor de R\$ 3.419.598.000,00, para os fins que especifica.	Término do prazo de vigência em 22 de julho de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 930, de 30/03/2020</u>	Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo	Sancionada como <u>Lei 14.031, de 2020</u> .

	Banco Central do Brasil em sociedade controlada domiciliada no exterior e sobre a proteção legal oferecida aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições e altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro.	
<u>Medida Provisória nº 931, de 30/03/2020</u>	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.030, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 932, de 30/03/2020</u>	Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.025, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 933, de 31/03/2020</u>	Suspende, pelo prazo que menciona, o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2020.	Término do prazo de vigência em 28 de julho de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 934, de 01/04/2020</u>	Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.040, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 935, de 01/04/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R\$ 51.641.629.500,00, para os fins que especifica.	Término do prazo de vigência em 29 de julho de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 936, de 01/04/2020</u>	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.020, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 937, de 02/04/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 98.200.000.000,00, para os fins que especifica.	Término do prazo de vigência em 30 de julho de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 938, de 02/04/2020</u>	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.041, de 2020</u> .

	o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	
<u>Medida Provisória nº 939, de 02/04/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 16.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Término do prazo de vigência em 30 de julho de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 940, de 02/04/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444.373.172,00, para os fins que especifica.	Término do prazo de vigência em 30 de julho de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 941, de 02/04/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 2.113.789.466,00, para os fins que especifica.	Promulgada como <u>Lei 14.032, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 942, de 02/04/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 639.034.512,00, para os fins que especifica.	Promulgada como <u>Lei 14.033, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 943, de 03/04/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 34.000.000.000,00, para o fim que especifica.	Término do prazo de vigência em 31 de julho de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 944, de 03/04/2020</u>	Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.043, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 945, de 04/04/2020</u>	Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.047, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 946, de 04/04/2020</u>	Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Término do prazo de vigência em 04 de agosto de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 947, de 08/04/2020</u>	Abre Crédito Extraordinário no valor de 2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais) para o programa de Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Fundo Nacional de Saúde).	Término do prazo de vigência em 05 de agosto de 2020. Medida provisória sem eficácia.

<u>Medida Provisória nº 948, de 08/04/2020</u>	Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.046, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 950, de 08/04/2020</u>	Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).	Término do prazo de vigência em 05 de agosto de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 951, de 15/04/2020</u>	Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências.	Término do prazo de vigência em 12 de agosto de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 952, de 15/04/2020</u>	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações.	Término do prazo de vigência em 12 de agosto de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 953, de 16/04/2020</u>	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica.	Término do prazo de vigência em 13 de agosto de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 954, de 17/04/2020</u>	Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Término do prazo de vigência em 14 de agosto de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 956, de 24/04/2020</u>	Abre Crédito Extraordinário no valor de R\$ 25.720.000.000,00 (vinte e cinco bilhões setecentos e vinte milhões de reais) para o Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, Devido à Pandemia da COVID-19 (Ministério da Cidadania).	Término do prazo de vigência em 21 de agosto de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 957, de 24/04/2020</u>	Abre Crédito Extraordinário no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Ministério da Cidadania).	Término do prazo de vigência em 24 de agosto de 2020. Medida provisória sem eficácia.

<u>Medida Provisória nº 958, de 24/04/2020</u>	Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19).	Término do prazo de vigência em 24 de agosto de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 959, de 29/04/2020</u>	Dispensa de licitação a contratação da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A. para a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que tratam os art. 5º e art. 18 da Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. Permite que o beneficiário receba os mencionados benefícios na instituição financeira em que possuir conta poupança ou conta de depósito à vista, exceto conta-salário. Adia para 3 de maio de 2021 a entrada em vigor de dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.	Sancionada como <u>Lei 14.058, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 960, de 30/04/2020</u>	Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback, que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e tenham termo em 2020.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.060, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 961, de 06/05/2020</u>	Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Sancionada como <u>Lei 14.065, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 962, de 06/05/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 418.800.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada como <u>Lei 14.054, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 963, de 07/05/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica.	Promulgada como <u>Lei 14.051, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 965, de 13/05/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 408.869.802,00, para os fins que especifica.	Término da vigência em 10 de setembro de 2020. Medida Provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 966, de 13/05/2020</u>	Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19.	Término da vigência em 10 de setembro de 2020. Medida Provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 967, de 19/05/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 5.566.379.351,00, para os fins que especifica e dá outras providências.	Promulgada como <u>Lei 14.055, de 2020</u> .

<u>Medida Provisória nº 969, de 20/05/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Promulgada como <u>Lei 14.056, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 970, de 26/05/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 29.058.260.654,00, para os fins que especifica e dá outras providências.	Término da vigência em 22 de setembro de 2020. Medida Provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 972, de 27/05/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 15.900.000.000,00, para o fim que especifica e dá outras providências.	Término da vigência em 23 de setembro de 2020. Medida Provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 974, de 28/05/2020</u>	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.072, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 975, de 01/06/2020</u>	Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.042, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 976, de 04/06/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 4.489.224.000,00, para o fim que especifica.	Promulgada como <u>Lei 14.067, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 977, de 04/06/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 20.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Promulgada como <u>Lei 14.068, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 978, de 04/06/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 60.189.488.452,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Término do prazo de vigência em 01 de outubro de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 979, de 09/06/2020</u>	Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Medida Provisória devolvida ao Poder Executivo.
<u>Medida Provisória nº 981, de 12/06/2020</u>	Revoga a Medida Provisória nº 979, de 9 de junho de 2020, que dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Término do prazo de vigência em 10 de agosto de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 982, de 12/06/2020</u>	Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital.	Sancionada como <u>Lei 14.075, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 983, de 17/06/2020</u>	Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicações com entes públicos e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos.	Sancionada, com vetos, como <u>Lei 14.063, de 2020</u> .

<u>Medida Provisória nº 984, de 18/06/2020</u>	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, e dá outras providências, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Término do prazo de vigência em 15 de outubro de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 985, de 26/06/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 300.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Término do prazo de vigência em 23 de outubro de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 986, de 29/06/2020</u>	Estabelece a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal.	Promulgada como <u>Lei nº 14.036, de 2020</u> .
<u>Medida Provisória nº 988, de 30/06/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 101.600.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Término do prazo de vigência em 28 de outubro de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 989, de 08/07/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 348.347.886,00, para os fins que especifica.	Término do prazo de vigência em 5 de novembro de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 990, de 09/07/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Término do prazo de vigência em 6 de novembro de 2020. Medida provisória sem eficácia.
<u>Medida Provisória nº 991, de 15/07/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 160.000.000,00, para os fins que especifica.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados. Designada Relatora: Dep. Greyce Elias (AVANTE-MG). O Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogou a vigência da Medida Provisória por sessenta dias.
<u>Medida Provisória nº 992, de 16/07/2020</u>	Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central	Aguarda análise da Câmara dos Deputados. Designado Relator: Dep. Glaustin Fokus (PSC-GO). O Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogou a vigência da Medida Provisória por sessenta dias.

	do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	
<u>Medida Provisória nº 994, de 06/08/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 1.994.960.005,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados. O Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogou a vigência da Medida Provisória por sessenta dias.
<u>Medida Provisória nº 997, de 31/08/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 12.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados. O Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogou a vigência da Medida Provisória por sessenta dias.
<u>Medida Provisória nº 999, de 02/09/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 67.600.886.209,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados. O Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogou a vigência da Medida Provisória por sessenta dias.
<u>Medida Provisória nº 1.000, de 02/09/2020</u>	Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados. O Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogou a vigência da Medida Provisória por sessenta dias.
<u>Medida Provisória nº 1.001, de 15/09/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R\$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados.
<u>Medida Provisória nº 1.002, de 23/09/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados.
<u>Medida Provisória nº 1.003, de 24/09/2020</u>	Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de VacinasCovid-19-Covax Facility.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados.
<u>Medida Provisória nº 1.004, de 24/09/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados.
<u>Medida Provisória nº 1.005, de 30/09/2020</u>	Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas com a finalidade de controlar o trânsito de pessoas e mercadorias que se dirijam a essas áreas com o objetivo de evitar o contágio e a disseminação dacovid-19.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados.
<u>Medida Provisória nº 1.006, de 01/10/2020</u>	Aumenta a margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral	Aguarda análise da Câmara dos Deputados.

	de Previdência Social durante o período da pandemia de covid-19.	
<u>Medida Provisória nº 1.007, de 02/10/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R\$ 98.270.969,00, para os fins que especifica.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados.
<u>Medida Provisória nº 1.008, de 26/10/2020</u>	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 228.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Aguarda análise da Câmara dos Deputados.

DECRETO	EMENTA
<u>Decreto Legislativo nº 10.211, de 30/01/2020</u>	Dispõe sobre o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional - GEI-ESPII.
<u>Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020</u>	Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.
<u>Decreto nº 10.277, de 16/03/2020</u>	Institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.
<u>Decreto nº 10.282, de 20/03/2020</u>	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
<u>Decreto nº 10.284, de 20/03/2020</u>	Dispõe sobre a dilação do prazo de vencimento das tarifas de navegação aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da covid-19.
<u>Decreto nº 10.285, de 20/03/2020</u>	Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.
<u>Decreto nº 10.288 de 22/03/2020</u>	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais.
<u>Decreto nº 10.289 de 24/03/2020</u>	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, para instituir o Centro de Coordenação de Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid19.
<u>Decreto nº 10.292 de 25/03/2020</u>	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
<u>Decreto nº 10.300 de 30/03/2020</u>	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, para dispor sobre a composição do Centro de Coordenação de Operações do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.
<u>Decreto nº 10.302 de 01/04/2020</u>	Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.
<u>Decreto nº 10.308 de 02/04/2020</u>	Dispõe sobre requisição de bens e serviços prestados por empresas públicas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura durante o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).
<u>Decreto nº 10.311 de 03/04/2020</u>	Institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos.
<u>Decreto nº 10.312 de 04/04/2020</u>	Amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e

	imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19.
<u>Decreto nº 10.316 de 07/04/2020</u>	Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
<u>Decreto nº 10.329 de 28/04/2020</u>	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
<u>Decreto nº 10.342 de 07/05/2020</u>	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
<u>Decreto nº 10.360 de 21/05/2020</u>	Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos.
<u>Decreto nº 10.384 de 28/05/2020</u>	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a apresentação obrigatória para o alistamento militar devido ao enfrentamento da pandemia da covid-19.
<u>Decreto nº 10.398 de 16/06/2020</u>	Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para definir a base do Cadastro Único a ser utilizada para pagamento do auxílio emergencial estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
<u>Decreto nº 10.404 de 22/06/2020</u>	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, que institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.
<u>Decreto nº 10.407 de 29/06/2020</u>	Regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia da covid-19 no País.
<u>Decreto nº 10.412 de 30/06/2020</u>	Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para prorrogar o período de pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
<u>Decreto nº 10.413 de 02/07/2020</u>	Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
<u>Decreto nº 10.416 de 07/07/2020</u>	Autoriza o uso de videoconferência nas reuniões de colegiados da administração pública federal.
<u>Decreto nº 10.422 de 13/07/2020</u>	Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.
<u>Decreto nº 10.446 de 06/08/2020</u>	Dispõe sobre a regulamentação da celebração de aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016, de que trata a Lei nº 13.499, de 26 de outubro de 2017, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020.
<u>Decreto nº 10.464 de 17/08/2020</u>	Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
<u>Decreto nº 10.470 de 24/08/2020</u>	Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.
<u>Decreto nº 10.488 de 16/09/2020</u>	Regulamenta a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 10.489 de 17/09/2020</u>	Altera o Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais

	destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
<u>Decreto nº 10.517 de 13/10/2020</u>	Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.
<u>Decreto nº 10.537 de 28/10/2020</u>	Altera o art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e o art. 1º do Decreto nº 10.413, de 2 de julho de 2020, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
<u>Decreto nº 10.538 de 03/11/2020</u>	Desobriga o conscrito dispensado do Serviço Militar Obrigatório de participar da cerimônia de juramento à Bandeira Nacional, em caráter emergencial e temporário, durante a vigência da declaração de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19.

PORTARIA	ÓRGÃO	EMENTA
<u>Portaria nº 188, de 03/02/2020</u>	Ministério da Saúde	Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).
<u>Portaria nº 79, de 04/02/2020</u>	Inmetro	Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade em países afetados pela epidemia do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 356, de 11/02/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 373, de 16/03/2020</u>	INSS	Estabelece orientações quanto às medidas protetivas, no âmbito do INSS, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19).
<u>Portaria nº 395, de 16/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.
<u>Portaria nº 397, de 16/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Altera as Portarias de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, nº 5/GM/MS de 28 de setembro de 2017, e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Programa Saúde na Hora, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica.
<u>Portaria nº 1.076, de 16/03/2020</u>	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e de suas Entidades Vinculadas.
<u>Portaria nº 5, de 17/03/2020</u>	Ministério da Saúde e Ministério da Justiça e Segurança Pública	Dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

<u>Portaria nº 8, de 17/03/2020</u>	Presidência da República	Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 10, de 17/03/2020</u>	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	Estabelece orientações e diretrizes quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
<u>Portaria nº 30, de 17/03/2020</u>	Ministério da Defesa	Estabelece medidas de proteção no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 96, de 17/03/2020</u>	Ministério da Economia	Delega competências ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), e autoriza a adoção de atos de gestão de que trata a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal.
<u>Portaria nº 103, de 17/03/2020</u>	Ministério da Economia	Dispõe sobre medidas relacionadas aos atos de cobrança da dívida ativa da União, incluindo suspensão, prorrogação e diferimento, em decorrência da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde relacionada ao coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.
<u>Portaria nº 120, de 17/03/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 419, de 17/03/2020</u>	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.
<u>Portaria nº 174, de 17/03/2020</u>	Ministério do Turismo	Estabelece medidas quanto ao exercício de atividades de servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em caráter excepcional, em razão da pandemia de COVID-19.
<u>Portaria nº 175, de 17/03/2020</u>	Ministério do Turismo	Estabelece medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
<u>Portaria nº 7, de 18/03/2020</u>	Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Saúde	Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no âmbito do Sistema Prisional.
<u>Portaria nº 16, de 18/03/2020</u>	Ministério da Economia	Altera a Portaria nº 19, de 2 julho de 2019, que dispõe sobre a emissão de licenças, autorizações, certificados e outros

		documentos públicos de exportação por meio do Portal Único de Comércio Exterior do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, para estabelecer a Licença Especial de Exportação de Produtos para o Combate do Covid-19.
<u>Portaria nº 18, de 18/03/2020</u>	Presidência da República	Delegada ao Secretário-Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República a competência para adotar as medidas de prevenção, cautela e redução da transmissibilidade, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 23, de 18/03/2020</u>	Presidência da República	Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR) em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 35, de 18/03/2020</u>	Ministério da Educação	Declara, expressamente, suspensão temporária do parágrafo único do art. 5º da Portaria nº 16, de 1º de fevereiro de 2011.
<u>Portaria nº 117, de 18/03/2020</u>	Ministério de Minas e Energia	Institui o Comitê Setorial de Crise, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, para articular, coordenar, monitorar, orientar e supervisionar as providências e medidas a serem adotadas pela Administração Central deste Ministério, pelos Órgãos e Entidades vinculadas, bem como pelos Agentes dos Setores cujas atividades são reguladas pelas Agências afetas a esta Pasta.
<u>Portaria nº 123, de 18/03/2020</u>	Presidência da República	Delega competência ao Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República para conceder autorizações complementares de regime de jornada de trabalho remoto.
<u>Portaria nº 135, de 18/03/2020</u>	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Estabelece padrões mínimos de conduta a serem adotados em âmbito prisional visando a prevenção da disseminação do COVID-19.
<u>Portaria nº 145, de 18/03/2020</u>	Receita Federal	Disciplina excepcionalmente o atendimento ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito das unidades jurisdicionadas da 1ª Região Fiscal, para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 237, de 18/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19.
<u>Portaria nº 295, de 18/03/2020</u>	Anvisa	Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.
<u>Portaria nº 330, de 18/03/2020</u>	Ministério da Cidadania	Estabelece o adiamento dos procedimentos em razão do não cumprimento do cronograma de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal para fortalecer o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 414, de 18/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

<u>Portaria nº 1.232, de 18/03/2020</u>	Ministério da Defesa	Aprova a Diretriz Ministerial de Planejamento nº 6/GM/MD, de 18 de março de 2020, que regula o emprego das Forças Armadas em todo o território nacional para apoio às medidas deliberadas pelo Governo Federal voltadas para a mitigação das consequências da pandemia COVID-19, na forma do anexo a esta Portaria.
<u>Portaria nº 7.820, de 18/03/2020</u>	Ministério da Economia	Estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos do coronavírus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.
<u>Portaria nº 7.821, de 18/03/2020</u>	Ministério da Economia	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
<u>Portaria nº 125, de 19/03/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 126, de 19/03/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 428, de 19/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das unidades do Ministério da Saúde no Distrito Federal e nos Estados.
<u>Portaria nº 430, de 19/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Estabelece incentivo financeiro federal de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em caráter excepcional e temporário, com o objetivo de apoiar o funcionamento em horário estendido das Unidades de Saúde da Família (USF) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) no país, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
<u>Portaria nº 432, de 19/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui a Força-Tarefa no âmbito do Ministério da Saúde para atuação especializada nas demandas provenientes do Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes do Comitê Federal de Assistência Emergencial.
<u>Portaria nº 491, de 19/03/2020</u>	Ministério da Educação	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério da Educação.
<u>Portaria nº 683, de 19/03/2020</u>	Ministério da Mulher, da Família e dos	Dispõe sobre a instituição de comitê técnico para elaboração de iniciativas de promoção e defesa dos Direitos Humanos, considerando a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

	Direitos Humanos	
<u>Portaria nº 18, de 20/03/2020</u>	Ministério da Economia	Suspende a exigência de licenciamento de importação para os produtos referidos na Resolução CAMEX nº 26, de 29 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 30 de abril de 2015, e na Resolução CAMEX nº 58, de 19 de junho de 2015, publicada no D.O.U. de 22 de junho de 2015.
<u>Portaria nº 335, de 20/03/2020</u>	Ministério da Cidadania	Estabelece medidas emergenciais na gestão do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.
<u>Portaria nº 454, de 20/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).
<u>Portaria nº 467, de 20/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de COVID-19.
<u>Portaria nº 132, de 22/03/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 133, de 23/03/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 138, de 23/03/2020</u>	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Autoriza a utilização excepcional dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública repassados no exercício de 2019, na forma da Portaria nº 793, de 24 de outubro de 2019, para ações de segurança pública e defesa social necessárias ao combate emergencial dos efeitos decorrentes da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
<u>Portaria nº 476, de 23/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Delega competência ao Diretor do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, durante a vigência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

<u>Portaria nº 480, de 23/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.
<u>Portaria nº 488, de 23/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020.
<u>Portaria nº 492, de 23/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo", voltada aos alunos dos cursos da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 555, de 23/03/2020</u>	Receita Federal e Ministério da Economia	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 36, de 24/03/2020</u>	Receita Federal	Autoriza o registro de Declaração de Importação, antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados por esta Alfândega, para mercadorias listadas no anexo II da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.
<u>Portaria nº 36, de 24/03/2020</u>	Receita Federal	Autoriza o registro de Declaração de Importação, antes da descarga da mercadoria, nos recintos jurisdicionados por esta Alfândega, para mercadorias listadas no anexo II da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.
<u>Portaria nº 105, de 24/03/2020</u>	Inmetro	Suspende os prazos para apresentação de defesa e interposição de recurso nos processos administrativos de apuração de infração administrativa instaurados por descumprimento a deveres instituídos pela Lei nº 9.933/1999.
<u>Portaria nº 245, de 24/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico de infecção pelo COVID-19.
<u>Portaria nº 515, de 24/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Prorroga os prazos de qualificação de Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24.
<u>Portaria nº 1.245, de 24/03/2020</u>	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Define, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), as prioridades a serem adotadas para enfrentamento do Coronavírus - Covid-19.
<u>Portaria nº 545, de 25/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Altera a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, para orientar a aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares em medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 47, de 26/03/2020</u>	Casa Civil	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

<u>Portaria nº 116, de 26/03/2020</u>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Dispõe sobre os serviços, as atividades e os produtos considerados essenciais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o pleno funcionamento das cadeias produtivas de alimentos e bebidas, para assegurar o abastecimento e a segurança alimentar da população brasileira enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19.
<u>Portaria nº 162, de 26/03/2020</u>	Receita Federal	Disciplina excepcionalmente o atendimento externo ao contribuinte e o agendamento de senhas no âmbito das unidades jurisdicionadas da 1ª Região Fiscal enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e revoga a Portaria SRRF01 nº 145, de 18 de março de 2020.
<u>Portaria nº 568, de 26/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.
<u>Portaria nº 743, de 26/03/2020</u>	Ministério do Desenvolvimento Regional	Estabelece rito específico para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federados, decorrentes de desastre relacionado à contaminação pelo novo coronavírus (Covid-19).
<u>Portaria nº 14, de 27/03/2020</u>	Presidência da República	Altera a Portaria nº 8, de 17 de março de 2020, que estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 15, de 27/03/2020</u>	Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública	Determina o cadastro de empresas na plataforma Consumidor.gov.br para viabilizar a mediação via internet, pela Secretaria Nacional do Consumidor, dos conflitos de consumo notificados eletronicamente, nos termos do art. 34 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997.
<u>Portaria nº 111, de 27/03/2020</u>	Inmetro	Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade durante a pandemia do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 149, de 27/03/2020</u>	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Dispõe sobre restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 152, de 27/03/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 158, de 27/03/2020</u>	Procuradoria-Geral Federal	Estabelece, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), com a adoção de medidas relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais,

		considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).
<u>Portaria nº 601, de 27/03/2020</u>	Receita Federal	Fica instituído o Centro Operacional Aduaneiro de Gestão da Crise gerada pela Pandemia da Doença pelo Coronavírus 2019 (Cogec-Covid-19).
<u>Portaria nº 880 de 27/03/2020</u>	ANAC	Autoriza transporte de carga por operador certificado sob o RBAC nº 135.
<u>Portaria nº 580 de 27/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo - Residentes na área de Saúde", para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 151 de 30/03/2020</u>	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Saúde em todo território nacional.
<u>Portaria nº 158 de 31/03/2020</u>	Casa Civil	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 639 de 31/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo - Profissionais da Saúde", voltada à capacitação e ao cadastramento de profissionais da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 36 de 01/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui o Comitê de Crise Nacional para planejamento, coordenação, execução, supervisão e monitoramento dos impactos da COVID-19 no âmbito da Saúde dos Povos Indígenas.
<u>Portaria nº 662 de 01/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Estabelece regras de forma excepcional -para as transferências de recursos do Bloco de Custeio - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC pelo período de 90 (noventa) dias.
<u>Portaria nº 672 de 01/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Homologa adesão das Unidades de Saúde da Família (USF) ao Programa Saúde na Hora.
<u>Portaria nº 673 de 01/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Homologa adesão das Unidades de Saúde da Família (USF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) ao Programa Saúde na Hora para o formato de funcionamento de 60 (sessenta) horas semanais Simplificado.
<u>Portaria nº 674 de 01/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Homologa adesão das Unidades de Saúde da Família (USF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) ao Programa Saúde na Hora para o formato de funcionamento de 60 (sessenta) horas semanais Simplificado.
<u>Portaria nº 8 de 02/04/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 139 de 03/04/2020</u>	Ministério da Economia	Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.
<u>Portaria nº 732 de 07/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Prorroga os prazos de qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

<u>Portaria nº 870 de 07/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Mato Grosso do Sul/MS.
<u>Portaria nº 871 de 07/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Mato Grosso/MT.
<u>Portaria nº 872 de 07/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Sul/RS.
<u>Portaria nº 947 de 07/04/2020</u>	Ministério da Economia	Estabelece medida extraordinária e temporária quanto à comercialização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI de proteção respiratória para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19). (Processo nº 19966.100318/2020-61).
<u>Portaria nº 758 de 09/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Define o procedimento para o registro obrigatório de internações hospitalares dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19, nos estabelecimentos de saúde públicos e privados que prestam serviços no SUS.
<u>Portaria nº 774 de 09/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.
<u>Portaria nº 55 de 13/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Fica instituída a Equipe de Resposta Rápida, no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, para enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
<u>Portaria nº 356 de 13/04/2020</u>	Ministério da Cidadania	Admite excepcionalidade na comprovação do cumprimento de exigência contida no Art. 3, inciso XIV, da Portaria nº 115, de 03 de abril de 2018.
<u>Portaria nº 1.073 de 13/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Tocantins/TO.
<u>Portaria nº 1.074 de 13/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Sergipe/SE.
<u>Portaria nº 1.075 de 13/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Roraima/RR.
<u>Portaria nº 181 de 14/04/2020</u>	Ministério do Turismo	Estabelece, em caráter temporário, a suspensão da obrigatoriedade de pagamento dos débitos decorrentes de parcelamentos vigentes e dos prazos de que trata a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no âmbito do Ministério do Turismo, tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
<u>Portaria nº 813 de 14/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre a suspensão do prazo processual afeto aos processos administrativos no âmbito da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) em virtude da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pelo Ministério da Saúde, em razão do SARS-CoV-2.

<u>Portaria nº 827 de 15/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Inclui o procedimento de complementação de valor de sessão de hemodiálise em pacientes com suspeição ou confirmação de COVID-19 na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos municípios, estados e Distrito Federal, destinado à realização de hemodiálise em pacientes com suspeição ou confirmação de COVID-19.
<u>Portaria nº 1.106 de 16/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Minas Gerais/MG.
<u>Portaria nº 1.107 de 16/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Rondônia/RO.
<u>Portaria nº 1.108 de 16/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Pernambuco/PE.
<u>Portaria nº 859 de 17/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a ser disponibilizado aos Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.
<u>Portaria nº 1.128 de 17/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Espírito Santo/ES.
<u>Portaria nº 49 de 20/04/2020</u>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Altera o calendário de atividades da de Avaliação para o ano de 2020.
<u>Portaria nº 1.148 de 20/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado da Bahia/BA.
<u>Portaria nº 1.150 de 20/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Piauí/PI.
<u>Portaria nº 12 de 22/04/2020</u>	Departamento Penitenciário Nacional	Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do Novo Coronavírus.
<u>Portaria nº 59 de 22/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Assistência Social	Aprova orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19.
<u>Portaria nº 366 de 22/04/2020</u>	Ministério da Cidadania	Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da

		Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.
<u>Portaria nº 1.165 de 22/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Amapá/AP.
<u>Portaria nº 1.166 de 22/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de São Paulo/SP.
<u>Portaria nº 1.167 de 22/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Amazonas/AM.
<u>Portaria nº 1.168 de 22/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Maranhão/MA.
<u>Portaria nº 1.169 de 22/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Pará/PA.
<u>Portaria nº 10.486 de 22/04/2020</u>	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	Edita normas relativas ao processamento e pagamento do Benefício Emergencial de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. (Processo nº 19964.103985/2020-16).
<u>Portaria nº 1.183 de 23/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Norte/RN.
<u>Portaria nº 1.186 de 23/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio de Janeiro/RJ.
<u>Portaria nº 1.187 de 23/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Acre/AC.
<u>Portaria nº 1.192 de 23/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Santa Catarina/SC.
<u>Portaria nº 201 de 24/04/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 924 de 24/04/2020</u>	Ministério da Saúde	Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos

		Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.
<u>Portaria nº 1 de 27/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano e Secretaria Nacional de Assistência Social	Aprova recomendações gerais aos gestores, supervisores e visitantes dos estados, municípios e Distrito Federal quanto à execução do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.
<u>Portaria nº 543 de 27/04/2020</u>	Instituto Nacional do Seguro Social	Autoriza a transferência do pagamento de benefícios para modalidade de conta corrente.
<u>Portaria nº 552 de 27/04/2020</u>	Instituto Nacional do Seguro Social	Autoriza a prorrogação automática dos benefícios de Auxílio-Doença enquanto perdurar o fechamento das agências em função da Emergência de Saúde Pública de nível internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), nas condições especificadas.
<u>Portaria nº 203 de 28/04/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por via aérea, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 1.203 de 28/04/2020</u>	Ministério do Desenvolvimento Regional	Prorroga os prazos de apresentação dos formulários e relatórios de acompanhamento e avaliação da implementação dos projetos de investimentos considerados prioritários na área de infraestrutura para o setor de saneamento básico, para efeito do disposto nos itens 7.1, 7.1.1 e 7.8 da Portaria MDR n. 1.917, de 9 de agosto de 2019.
<u>Portaria nº 39 de 29/04/2020</u>	Ministério da Infraestrutura	Altera a Portaria GM nº 261/2012 que disciplina a concessão e a administração do benefício de passe livre à pessoa com deficiência, comprovadamente carente, no sistema de transporte coletivo interestadual de passageiros, de que trata a Lei nº 8.889, de 29 de junho de 1994.
<u>Portaria nº 204 de 29/04/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 1.233 de 29/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado da Paraíba/PB.

<u>Portaria nº 1.237 de 29/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Ceará/CE.
<u>Portaria nº 63 de 30/04/2020</u>	Secretaria Nacional de Assistência Social	Dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19.
<u>Portaria nº 44 de 05/05/2020</u>	Ministério da Defesa	Altera a Portaria Normativa nº 81/GM-MD, de 3 de dezembro de 2018, que aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2020, para permitir que o Comando da Marinha antecipe a incorporação da segunda turma de recrutas.
<u>Portaria nº 374 de 05/05/2020</u>	Instituto Nacional do Seguro Social	Dispõe sobre os procedimentos a serem aplicados com a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social pela Lei nº 13.982, de 2020, e cumprimento de Ação Civil Pública.
<u>Portaria nº 11.259 de 05/05/2020</u>	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	Autorizada contratação, por tempo determinado, de 4.117 profissionais para hospitais federais.
<u>Portaria nº 378 de 07/05/2020</u>	Ministério da Cidadania	Dispõe sobre repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19.
<u>Portaria nº 1.124 de 07/05/2020</u>	Ministério da Saúde	Estabelece regras de forma excepcional para as transferências de recursos do Bloco de Custeio - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC pelo período de 120 (cento e vinte) dias.
<u>Portaria nº 47 de 08/05/2020</u>	Ministério da Defesa	Processo Seletivo Emergencial para convocação e incorporação de Médicos, Enfermeiros, Fisioterapeutas e Farmacêuticos, com vistas à Prestação do Serviço Militar Voluntário, em caráter temporário, para o ano de 2020 (QOCon Saúde 2020).
<u>Portaria nº 123 de 13/05/2020</u>	Instituto Nacional do Seguro Social	Criação e alteração de serviços junto ao SAG Gestão.
<u>Portaria nº 69 de 14/05/2020</u>	Ministério da Cidadania	Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19.
<u>Portaria nº 386 de 14/05/2020</u>	Ministério da Cidadania	Divulgação do calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial.
<u>Portaria nº 31 de 15/05/2020</u>	Ministério da Saúde	Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos cubanos reincorporados ao Projeto Mais Médicos para o Brasil.
<u>Portaria nº 145 de 15/05/2020</u>	Fundação Nacional de Artes	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de execução dos projetos contemplados pelo edital Prêmio Funarte Descentrarte.
<u>Portaria nº 387 de 15/05/2020</u>	Ministério da Cidadania	Altera a Portaria nº 335, de 20 de março de 2020, para acrescentar medidas emergenciais na gestão do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do

		Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.
<u>Portaria nº 2 de 18/05/2020</u>	Secretaria Especial do Esporte	Estabelece a ampliação do prazo de validade das certidões emitidas em decorrência do atendimento dos artigos 18 e 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em razão da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).
<u>Portaria nº 1.231 de 18/05/2020</u>	Ministério da Saúde	Prorroga, excepcionalmente para o ano de 2020, o prazo para apresentação de contas referente ao exercício de 2019 no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - Proadi-SUS.
<u>Portaria nº 1.247 de 18/05/2020</u>	Ministério da Saúde	Prorroga o prazo dos estabelecimentos de Atenção Primária à Saúde com equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária não informatizadas aderidos ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde, para iniciar o envio regular dos dados por meio de sistema de prontuário eletrônico ao Ministério da Saúde, considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (Covid-19).
<u>Portaria nº 50 de 19/05/2020</u>	Ministério da Infraestrutura	Prorroga em caráter emergencial a validade dos certificados de pré-qualificação dos operadores portuários em decorrência da pandemia da covid-19.
<u>Portaria nº 464 de 20/05/2020</u>	Ministério da Saúde	Inclui exames para o diagnóstico laboratorial de infecção pelo SARS-CoV-2 na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS).
<u>Portaria nº 17 de 21/05/2020</u>	Ministério da Economia	Prorroga até junho os atendimentos por canais remotos a assegurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
<u>Portaria nº 1.393 de 21/05/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19.
<u>Portaria nº 255 de 22/05/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 12.683, de 25/05/2020</u>	Ministério da Economia e Ministério da Saúde	Autoriza a contratação por tempo determinado, nos termos desta Portaria, do quantitativo máximo de 5.158 (cinco mil, cento e cinquenta e oito) profissionais para atuar nas atividades de assistência e apoio à assistência à saúde, nas cidades do país que fazem frente ao combate do novo coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 22, de 26/05/2020</u>	Ministério da Justiça e	Suspende as visitas, os atendimentos de advogados, as atividades educacionais, de trabalho, as assistências religiosas e

	Segurança Pública	as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção e controle de riscos do Novo Coronavírus.
<u>Portaria nº 2.531, de 26/05/2020</u>	Fundação Nacional de Saúde	Dispõe sobre medidas administrativas excepcionais para a garantia de continuidade dos instrumentos de repasse, decorrente do estado de calamidade pública pelo Coronavírus (COVID-19), previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020 e de acordo com a Portaria nº 134, de 30 de março de 2020 e Decreto nº 10.315, de 6 de abril de 2020.
<u>Portaria nº 936, de 29/05/2020</u>	Receita Federal do Brasil	Altera a Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, que suspende prazos para prática de atos processuais e os procedimentos administrativos que especifica, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).
<u>Portaria nº 1.444, de 29/05/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui os Centros Comunitários de Referência para enfrentamento à Covid-19, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), e estabelece incentivo para custeio dos Centros Comunitário de Referência para enfrentamento à covid-19 e incentivo financeiro federal adicional per capita, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional.
<u>Portaria nº 1.445, de 29/05/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui os Centros de Atendimento para Enfrentamento à Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).
<u>Portaria nº 1.448, de 29/05/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre a transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020, e do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020.
<u>Portaria nº 86, de 01/06/2020</u>	Ministério da Cidadania	Aprova recomendações gerais para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no contexto da Pandemia do novo Coronavírus, Covid-19.
<u>Portaria nº 398, de 05/06/2020</u>	Ministério da Cidadania	Altera a Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19.
<u>Portaria nº 696, de 08/06/2020</u>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Estabelece a reabertura da visitação pública nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.
<u>Portaria nº 245, de 15/06/2020</u>	Ministério da Economia	Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.
<u>Portaria nº 413, de 15/06/2020</u>	Ministério da Cidadania	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

<u>Portaria nº 1.514, de 15/06/2020</u>	Ministério da Saúde	Define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19.
<u>Portaria nº 1.521, de 15/06/2020</u>	Ministério da Saúde	Autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.
<u>Portaria nº 510, de 16/06/2020</u>	Ministério da Saúde	Inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimento de diária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.
<u>Portaria nº 544, de 16/06/2020</u>	Ministério da Educação	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.
<u>Portaria nº 311, de 17/06/2020</u>	Casa Civil	Designa os membros para comporem o Grupo de Trabalho de Apoio aos Brasileiros no Exterior, em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19
<u>Portaria nº 20, de 18/06/2020</u>	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e Ministério da Saúde	Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais).
<u>Portaria nº 316, de 18/06/2020</u>	Casa Civil	Designa os membros para comporem o Grupo de Trabalho para a Consolidação das Estratégias de Governança e Gestão de Riscos do Governo Federal em Resposta aos Impactos Relacionados ao Coronavírus (covid-19).
<u>Portaria nº 1.565, de 18/06/2020</u>	Ministério da Saúde	Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.
<u>Portaria nº 1.587, de 19/06/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, a Força Tarefa de Fundamentação.
<u>Portaria nº 480, de 22/06/2020</u>	Instituto Nacional do Seguro Social	Dispõe sobre as orientações quanto aos pagamentos das antecipações para os requerentes do Benefício de Prestação Continuada e do benefício de auxílio-doença, estabelecidas pela Lei Nº 13.982, de 02 de abril de 2020.
<u>Portaria nº 428, de 25/06/2020</u>	Ministério da Cidadania	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
<u>Portaria nº 332, de 26/06/2020</u>	Casa Civil	Designa os membros para comporem o Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estratégicas de Tecnologia da Informação, em resposta aos impactos relacionados à pandemia do coronavírus (Covid-19).

<u>Portaria nº 397, de 26/06/2020</u>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prorroga, para o dia 31 de julho de 2020, os prazos para validação pelas Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) e para formalização do financiamento estudantil junto ao agente financeiro Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), referente às inscrições do 1º semestre de 2020 que estão vencidas até esta data.
<u>Portaria nº 398, de 26/06/2020</u>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prorroga, para o dia 30 de setembro de 2020, o prazo estabelecido na Resolução nº 03, de 28 de junho de 2012, para a realização dos aditamentos de renovação semestral dos contratos de financiamento concedidos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), simplificados e não simplificados, do 1º semestre de 2020.
<u>Portaria nº 427, de 29/06/2020</u>	Ministério da Cidadania	Posterga a retomada dos procedimentos de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
<u>Portaria nº 572, de 01/07/2020</u>	Ministério da Educação	Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências.
<u>Portaria nº 1.666, de 01/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Coronavírus - COVID 19.
<u>Portaria nº 1.696, de 03/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre a alteração do prazo para alcance da meta de cadastro dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), previsto no art. 4º da Portaria nº 3.263/GM/MS, de 11 de dezembro de 2019, que estabelece o incentivo financeiro de custeio federal para implementação e fortalecimento das ações de cadastramento dos usuários do Sistema Único de Saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde.
<u>Portaria nº 5, de 07/07/2020</u>	Ministério da Cidadania	Define procedimentos para a utilização da plataforma de contestação extrajudicial relativa aos indeferimentos de requerimentos de auxílio emergencial, previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, no âmbito da Defensoria Pública da União.
<u>Portaria nº 564, de 08/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Inclui na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, o procedimento da Atenção Primária no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE) "Prevenção à Covid-19 nas Escolas".
<u>Portaria nº 438, de 09/07/2020</u>	Ministério da Cidadania	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
<u>Portaria nº 1.740, de 10/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Estabelece o pagamento por desempenho do Programa Previne Brasil considerando o resultado potencial de 100% (cem por cento) do alcance dos indicadores por equipe do Distrito Federal e municípios constantes no Anexo da Portaria nº 172/GM/MS, de 31 de janeiro de 2020, diante do contexto da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).
<u>Portaria nº 458, de 13/07/2020</u>	Ministério da Cidadania	Altera a Portaria nº 353, de 13 de abril de 2020, do Ministro de Estado da Cidadania, autorizando que os valores provenientes de aplicação financeira dos recursos captados poderão ser utilizados para a compra de equipamentos de proteção individual - EPI (máscaras, luvas, álcool em gel setenta por cento), de modo a permitir maior proteção contra a infecção por Covid-19, nos projetos em andamento ou nos que tiveram sua execução paralisada.

<u>Portaria nº 546, de 13/07/2020</u>	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	Prorroga a vigência da Portaria SRRF08 nº 333, de 18 de março de 2020, que disciplina o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 1.178, de 13/07/2020</u>	Ministério da Economia	Prorroga prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), em decorrência da pandemia da doença provocada pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19).
<u>Portaria nº 1.741, de 13/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Prorroga o prazo para adequação do cadastro de equipes, referente à Portaria nº 3.566/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, que fixa o quantitativo de equipes de Saúde de Família e equipe Saúde Bucal composta por profissionais com carga horária individual de 40 horas semanais e estabelece regra transitória para às equipes de Saúde da Família com as tipologias I, II, III, IV e V (Transitória), considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (Covid-19).
<u>Portaria nº 1.742, de 13/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivo financeiro referente aos Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19 e incentivo financeiro federal adicional per capita, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).
<u>Portaria nº 100, de 14/07/2020</u>	Ministério da Cidadania	Aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19.
<u>Portaria nº 16.655, de 14/07/2020</u>	Ministério da Economia	Disciplina hipótese de recontração nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
<u>Portaria nº 100, de 16/07/2020</u>	Ministério da Educação	Dispõe sobre a suspensão excepcional dos prazos de parcelamento de créditos não tributários da Capes não inscritos em dívida ativa.
<u>Portaria nº 442, de 16/07/2020</u>	Ministério da Cidadania	Altera a Portaria nº 428, de 25 de junho de 2020, que dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
<u>Portaria nº 443, de 17/07/2020</u>	Ministério da Cidadania	Prorroga a suspensão de procedimentos operacionais e de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, assim como determina a retomada das atividades que indica.
<u>Portaria nº 1.792, de 17/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Altera a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnóstico para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território nacional.
<u>Portaria nº 1.802, de 20/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Autoriza a habilitação de novos leitos de unidade de terapia intensiva - uti adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19.

<u>Portaria nº 1.797, de 21/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Credencia temporariamente Municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.
<u>Portaria nº 414, de 22/07/2020</u>	Ministério da Justiça	Estabelece a suspensão, temporária e excepcionalmente, do tempo máximo para o contato direto com o atendente no Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, previsto na Portaria MJ nº 2.014, de 13 de outubro de 2008.
<u>Portaria nº 444, de 22/07/2020</u>	Ministério da Cidadania	Amplia o prazo para saque dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.
<u>Portaria nº 1.848, de 27/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre a suspensão da execução de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Pronon e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - Pronas/PCD, durante a vigência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - Espin declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus - Covid-19.
<u>Portaria nº 1.857, de 28/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino.
<u>Portaria nº 1, de 29/07/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Infraestrutura, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça e Segurança Pública	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 1.862, de 29/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.
<u>Portaria nº 1.863, de 29/07/2020</u>	Ministério da Saúde	Altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19.
<u>Portaria nº 453, de 31/07/2020</u>	Ministério da Cidadania	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
<u>Portaria nº 617, de 03/08/2020</u>	Ministério da Educação	Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio nas instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação da pandemia do novo coronavírus - Covid-19.
<u>Portaria nº 1.950, de 04/08/2020</u>	Ministério da Saúde	Delega competência ao Secretário de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, durante a vigência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

<u>Portaria nº 457, de 05/08/2020</u>	Ministério da Cidadania	Prorroga o prazo estabelecido na Portaria nº 366, de 22 de abril de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.
<u>Portaria nº 1.975, de 06/08/2020</u>	Ministério da Saúde	Credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.
<u>Portaria nº 429, de 07/08/2020</u>	Ministério da Economia	Regulamenta o art. 6º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que trata dos requisitos para a reestruturação de contrato de dívida de ente subnacional, garantido pela União e contraído até 1º de março de 2020, para fins de previsão da possibilidade da securitização do contrato da nova dívida, no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).
<u>Portaria nº 2.027, de 07/08/2020</u>	Ministério da Saúde	Altera a Portaria nº 1.857/GM/MS, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros federais aos Municípios e ao Distrito Federal, em caráter excepcional e temporário, considerando ações de saúde nas escolas da rede básica de ensino no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional em decorrência do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 18.775, de 07/08/2020</u>	Ministério da Economia	Autoriza a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem profissional na modalidade à distância, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
<u>Portaria nº 296, de 11/08/2020</u>	Ministério da Economia	Eleva, temporariamente, o limite de valor para julgamentos de recursos em sessões não presenciais pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, enquanto vigente o estado de emergência em saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus - COVID-19.
<u>Portaria nº 2.062, de 11/08/2020</u>	Ministério da Saúde	Estabelece normas excepcionais para a análise e execução de projetos de apoio e de serviços ambulatoriais e hospitalares no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - Proadi-SUS, durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - Espin declarada em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus - Covid-19.
<u>Portaria nº 35, de 12/08/2020</u>	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Autoriza a realização de visitas virtuais, por intermédio da Defensoria Pública da União, e os atendimentos de advogados; suspende as atividades presenciais de educação, de trabalho, de assistência religiosa e as escoltas realizadas nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção e controle de riscos do Novo Coronavírus.
<u>Portaria nº 467, de 13/08/2020</u>	Ministério da Cidadania	Altera os arts. 2º, 3º e 5º da Portaria nº 378, de 7 de maio de 2020, que dispõe sobre repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios, devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19.
<u>Portaria nº 468, de 13/08/2020</u>	Ministério da Cidadania	Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios que receberão migrantes e refugiados oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária agravada pela

		situação de Emergência em Saúde Pública decorrente do novo coronavírus, COVID-19.
<u>Portaria nº 19.437, de 17/08/2020</u>	Ministério da Economia	Altera a Portaria nº 207, de 2 de maio de 2019, para autorizar a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a contratar profissionais por tempo determinado para atuação na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios relacionada à situação de emergência em saúde pública ocasionada pelo novo coronavírus - PNAD COVID19 .
<u>Portaria nº 2.181, de 19/08/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre o registro obrigatório de internações hospitalares nos estabelecimentos de saúde públicos e privados, em todo o território nacional, durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.
<u>Portaria nº 46, de 21/08/2020</u>	Ministério da Economia	Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social.
<u>Portaria nº 47, de 21/08/2020</u>	Ministério da Economia	Disciplina a operacionalização, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, da antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença), de que tratam o art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e o Decreto nº 10.413, de 2 de julho de 2020.
<u>Portaria nº 469, de 21/08/2020</u>	Ministério da Cidadania	Prorrogar os prazos das Portarias nº 419, de 22 de junho de 2020, que dispõe da preservação das entidades de assistência social no âmbito da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e nº 427, de 29 de junho de 2020, que trata da retomada dos procedimentos de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, face ao estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus, COVID-19.
<u>Portaria nº 474, de 25/08/2020</u>	Ministério da Cidadania	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
<u>Portaria nº 2.222, de 25/08/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui, em caráter excepcional e temporário, Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério e o incentivo financeiro federal de custeio para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus.
<u>Portaria nº 419, de 26/08/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restri�o excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomenda�o da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 19.873, de 26/08/2020</u>	Ministério da Economia	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes da Medida Provisória nº 962, de 6 de maio de 2020, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inova�es e Comunica�es, no valor de R\$ 11.482.000,00.
<u>Portaria nº 2.298, de 27/08/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui, para o ano de 2020, o repasse financeiro referente ao Piso Variável de Vigilância Sanitária (PV-Visa) para o fortalecimento e execu�o das a�es de Vigilância Sanitária voltadas ao enfrentamento do coronavírus - Sars-CoV-2.

<u>Portaria nº 47, de 28/08/2020</u>	Ministério da Saúde	Prorroga o prazo da etapa de transição da capitação ponderada do Programa Previne Brasil, referente à Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, para as equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária do Distrito Federal e municípios constantes no Anexo da Portaria nº 172/GM/MS, de 31 de janeiro de 2020, considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19).
<u>Portaria nº 2.306, de 28/08/2020</u>	Ministério da Saúde	Altera a Portaria nº 1.857/GM/MS, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros federais aos Municípios e ao Distrito Federal, em caráter excepcional e temporário, considerando ações de saúde nas escolas da rede básica de ensino no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e internacional em decorrência do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 2.358, de 02/09/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19.
<u>Portaria nº 121, de 08/09/2020</u>	Ministério da Cidadania	Estabelece a reabertura do prazo para o preenchimento do Plano de Ação referente à Adesão ao repasse emergencial de recursos federais e especificamente para a execução das ações socioassistenciais no escopo da Portaria MC nº 369, de 29 de Abril de 2020.
<u>Portaria nº 932, de 14/09/2020</u>	Ministério da Economia	Dispõe sobre as orientações quanto aos pagamentos das antecipações para os requerentes do benefício de prestação continuada e do benefício de auxílio-doença, estabelecidas pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.
<u>Portaria nº 933, de 14/09/2020</u>	Ministério da Economia	Estabelece orientações quanto às medidas protetivas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19).
<u>Portaria nº 20.809, de 14/09/2020</u>	Ministério da Economia	Lista os setores da economia mais impactados pela pandemia após a decretação da calamidade pública decorrente do Covid-19.
<u>Portaria nº 491, de 16/09/2020</u>	Ministério da Cidadania	Regulamenta os procedimentos de que trata o Decreto nº 10.488/2020, a respeito do auxílio emergencial residual instituído pela Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020.
<u>Portaria nº 2.405, de 16/09/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional e temporário, aos municípios e Distrito Federal para o fortalecimento das equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde no cuidado às populações específicas, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.
<u>Portaria nº 644, de 17/09/2020</u>	Ministério do Turismo	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais afetos às autuações e atos públicos de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, de responsabilidade do Ministério do Turismo, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARSCoV-2.
<u>Portaria nº 16, de 18/09/2020</u>	Ministério da Economia	Remarcação de atendimento de perícia médica por ocasião do retorno gradual do atendimento presencial.
<u>Portaria nº 962, de 20/09/2020</u>	Ministério da Economia	Dispõe sobre a realização de visitas pelas entidades de classes que representam os servidores do INSS e da Perícia Médica Federal, bem como de outras entidades da sociedade civil, para averiguar as condições das Agências da Previdência Social - APS, e os protocolos de segurança adotados com o objetivo de garantir o retorno gradual e seguro do atendimento presencial.

<u>Portaria nº 2.520, de 23/09/2020</u>	Ministério do Desenvolvimento Regional	Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Minas Gerais/MG em decorrência de Doenças Infecciosas Virais (Covid-19).
<u>Portaria nº 456, de 24/09/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 496, de 28/09/2020</u>	Ministério da Cidadania	Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 e do auxílio emergencial residual instituído pela Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020.
<u>Portaria nº 2.624, de 28/09/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de vigilância, alerta e resposta à emergência de Covid-19.
<u>Portaria nº 2.625, de 28/09/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional temporário, aos estados, municípios e Distrito Federal para o fortalecimento dos Serviços de Verificação de Óbito (SVO), no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.
<u>Portaria nº 3, de 30/09/2020</u>	Ministério da Cidadania	Aprova orientações técnicas para a operacionalização das ações de incremento à segurança alimentar e nutricional aos usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, COVID-19, conforme disposições da Portaria MC nº 385, de 13 de maio de 2020.
<u>Portaria nº 21.562, de 30/09/2020</u>	Ministério da Economia	Institui o Programa de Retomada Fiscal no âmbito da cobrança da dívida ativa da União com o objetivo de estimular a conformidade fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União, permitindo a retomada da atividade produtiva após os efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 470, de 02/10/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura e Ministério da Saúde	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
<u>Portaria nº 1.053, de 13/10/2020</u>	Instituto Nacional do Seguro Social	Prorroga a interrupção do bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de realização da comprovação de vida.
<u>Portaria nº 2.782, de 14/10/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de custeio para execução das ações de imunização e vigilância em saúde, para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia de Covid-19.
<u>Portaria nº 2.789, de 14/10/2020</u>	Ministério da Saúde	Dispõe sobre as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional

		decorrente do Coronavírus (Covid-19), no âmbito das unidades do Ministério da Saúde no Distrito Federal e nos Estados.
<u>Portaria nº 2.824, de 15/10/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui, no âmbito do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos de Saúde - Siops, quadro de informações gerenciais relacionadas à aplicação de recursos, pelos entes federativos, no enfrentamento da pandemia de Covid-19.
<u>Portaria nº 1.070, de 19/10/2020</u>	Ministério da Economia	Prorroga a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do programa de Reabilitação Profissional.
<u>Portaria nº 509, de 21/10/2020</u>	Ministério da Cidadania	Prorroga o prazo estabelecido na Portaria nº 366, de 22 de abril de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.
<u>Portaria nº 22.647, de 21/10/2020</u>	Ministério da Economia	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa, constantes do Anexo I da Medida Provisória no 967, de 19 de maio de 2020, convertida na Lei nº 14.055, de 10 de setembro de 2020, no âmbito do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 444.900.000,00.
<u>Portaria nº 4, de 22/10/2020</u>	Ministério da Cidadania	Aprova orientação técnica conjunta para a atuação intersetorial e integrada entre a rede socioassistencial e as Comunidades Terapêuticas no enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) junto à população em situação de rua, usuária abusiva de substâncias psicoativas.
<u>Portaria nº 59, de 26/10/2020</u>	Ministério da Saúde	Prorroga o prazo da etapa de transição da capitação ponderada do Programa Previne Brasil, referente à Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, para as equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária do Distrito Federal e municípios, considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).
<u>Portaria nº 2.958, de 26/10/2020</u>	Ministério da Saúde	Prorroga o prazo dos estabelecimentos de Atenção Primária à Saúde com equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária não informatizadas aderidos ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde, para iniciar o envio regular dos dados por meio de sistema de prontuário eletrônico ao Ministério da Saúde, considerando o contexto da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente do coronavírus (Covid-19).
<u>Portaria nº 144, de 28/10/2020</u>	Ministério da Cidadania	Dispõe sobre as programações financeiras originárias de emendas parlamentares individuais impositivas para às ações de enfrentamento ao COVID-19.
<u>Portaria nº 79, de 29/10/2020</u>	Ministério da Economia	Altera a Portaria Conjunta nº 47, de 21 de agosto de 2020, que disciplina a operacionalização, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, da antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença), de que tratam o art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e o Decreto nº 10.413, de 2 de julho de 2020. (Processo nº 10128.107045/2020-83).
<u>Portaria nº 655, de 29/10/2020</u>	Ministério da Educação	Prorroga, para o dia 30 de novembro de 2020, o prazo para renovação semestral dos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).
<u>Portaria nº 2.994, de 29/10/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do novo coronavírus.

<u>Portaria nº 1.130, de 03/11/2020</u>	Ministério da Economia	Dispõe sobre a regularização dos Benefícios de Prestação Continuada com status de suspensos ou cessados por não inclusão do beneficiário no Cadastro Único, no período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Portaria nº 3.008, de 04/11/2020</u>	Ministério da Saúde	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de custeio para apoiar a reorganização e adequação dos ambientes voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, para viabilização do acesso e resolução das demandas de saúde bucal em condições adequadas para a mitigação dos riscos individuais e coletivos relacionados à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19), declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

RESOLUÇÃO	ÓRGÃO	EMENTA
<u>Resolução nº 346, de 12/03/2020</u>	Anvisa	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do novo Coronavírus.
<u>Resolução nº 453, de 12/03/2020</u>	Anvisa	Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2020, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo Coronavírus.
<u>Resolução nº 4.782, de 16/03/2020</u>	Banco Central	Estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.
<u>Resolução nº 4.783, de 16/03/2020</u>	Banco Central	Estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACP Conservação de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.
<u>Resolução nº 17, de 17/03/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 347, de 17/03/2020</u>	Anvisa	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a exposição à venda de preparações antissépticas ou sanitizantes oficiais, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
<u>Resolução nº 348, de 17/03/2020</u>	Anvisa	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de registro de medicamentos, produtos biológicos e produtos para diagnóstico in vitro e mudança pós-registro de medicamentos e produtos biológicos em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.

<u>Resolução nº 1.338, de 17/03/2020</u>	Conselho Nacional da Previdência Social	Fixação de teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, e dá outras providências.
<u>Resolução nº 5.875, de 17/03/2020</u>	Agência Nacional de Transportes Terrestres	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020, no âmbito do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.
<u>Resolução nº 152, de 18/03/2020</u>	Ministério da Economia	Prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional.
<u>Resolução nº 849, de 18/03/2020</u>	Ministério da Economia	Dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO.
<u>Resolução nº 851, de 18/03/2020</u>	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador	Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT PDE, para o exercício de 2020.
<u>Resolução nº 776, de 18/03/2020</u>	Anvisa	Aprova kits específicos para o diagnóstico de Covid-19.
<u>Resolução nº 777, de 18/03/2020</u>	Anvisa	Aprova kits específicos para o diagnóstico de Covid-19.
<u>Resolução nº 349, de 19/03/2020</u>	Anvisa	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de regularização de equipamentos de proteção individual, de equipamentos médicos do tipo ventilador pulmonar e de outros dispositivos médicos identificados como estratégicos pela Anvisa, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus e dá outras providências.
<u>Resolução nº 350, de 19/03/2020</u>	Anvisa	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a fabricação e comercialização de preparações antissépticas ou sanitizantes oficiais sem prévia autorização da Anvisa e dá outras providências, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
<u>Resolução nº 351, de 20/03/2020</u>	Anvisa	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.
<u>Resolução nº 352, de 20/03/2020</u>	Anvisa	Dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxiclороquina e de produtos sujeitos à vigilância sanitária destinados ao combate da Covid-19.
<u>Resolução nº 839, de 20/03/2020</u>	Anvisa	Autorização de testes de Covid-19.
<u>Resolução nº 840, de 20/03/2020</u>	Anvisa	Autorização de testes de Covid-19.

<u>Resolução nº 841, de 20/03/2020</u>	Anvisa	Autorização de testes de Covid-19.
<u>Resolução nº 353, de 23/03/2020</u>	Anvisa	Delega ao Órgão de Vigilância Sanitária ou equivalente nos Estados e no Distrito Federal a competência para elaborar a recomendação técnica e fundamentada relativamente ao estabelecimento de restrições excepcionais e temporárias por rodovias de locomoção interestadual e intermunicipal.
<u>Resolução nº 354, de 23/03/2020</u>	Anvisa	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 351, de 20 de março de 2020.
<u>Resolução nº 355, de 23/03/2020</u>	Anvisa	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais afetos aos requerimentos de atos públicos de liberação de responsabilidade da Anvisa em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
<u>Resolução nº 356, de 23/03/2020</u>	Anvisa	Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
<u>Resolução nº 4.786, de 23/03/2020</u>	Banco Central	Autoriza o Banco Central do Brasil a conceder operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez.
<u>Resolução nº 357, de 24/03/2020</u>	Anvisa	Estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
<u>Resolução nº 358, de 24/03/2020</u>	Anvisa	Dispõe sobre os requisitos sanitários para a importação realizada por pessoa física pela modalidade de remessa postal, remessa expressa e bagagem acompanhada durante a pandemia do Novo Coronavírus.
<u>Resolução nº 2, de 25/03/2020</u>	Ministério da Infraestrutura	Emite orientação aos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária, em virtude da pandemia de Coronavírus (COVID-19).
<u>Resolução nº 22, de 25/03/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 23, de 25/03/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Decide pela suspensão, até 30 de setembro de 2020, por interesse público, dos direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, originárias da China, e às importações brasileiras de tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo, originários da Alemanha, China, Estados Unidos e Reino Unido, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.

<u>Resolução nº 863, de 25/03/2020</u>	Anvisa	Defere os registros e as petições de dez géis antissépticos.
<u>Resolução nº 23, de 25/03/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Decide pela suspensão, até 30 de setembro de 2020, por interesse público, dos direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, originárias da China, e às importações brasileiras de tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo, originários da Alemanha, China, Estados Unidos e Reino Unido, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 860, de 25/03/2020</u>	Anvisa	Autorização de testes de Covid-19.
<u>Resolução nº 861, de 25/03/2020</u>	Anvisa	Autorização de testes de Covid-19.
<u>Resolução nº 561, de 26/03/2020</u>	Ministério da Saúde	Autoriza a utilização de leitos de hospitais de pequeno porte para cuidados prolongados em atendimento dos pacientes crônicos oriundos de Unidade de Terapia Intensiva e leitos de enfermaria de hospitais de referência ao COVID-19.
<u>Resolução nº 5.879, de 26/03/2020</u>	Banco Central	Altera a Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020, que estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.
<u>Resolução nº 4.791, de 26/03/2020</u>	Agência Nacional de Transportes Terrestres	Dispõe sobre a flexibilização de prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas e do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, e dá outras providências.
<u>Resolução nº 6, de 30/03/2020</u>	Secretaria do Tesouro Nacional	Dispõe sobre a vedação da concessão de garantia da União a operações de crédito cujos contratos de financiamento prevejam vencimento antecipado por inadimplência cruzada (cross-default) com contratos sem garantia da União ou as operações de crédito interno e externo cujos contratos não vedem expressamente a possibilidade de securitização.
<u>Resolução nº 28, de 01/04/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 363, de 01/04/2020</u>	Anvisa	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 338, de 20 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre o registro de produto de terapia avançada e dá outras providências.
<u>Resolução nº 364, de 01/04/2020</u>	Anvisa	Suspende os efeitos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, em caráter temporário e excepcional, para os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) que irão realizar análises para o diagnóstico da COVID-19.
<u>Resolução nº 366, de 02/04/2020</u>	Anvisa	Dispõe sobre a importação de produtos para diagnóstico in vitro de Coronavírus durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus.

<u>Resolução nº 4.796, de 02/04/2020</u>	Banco Central	Estabelece medidas de caráter emergencial para os procedimentos de comunicação de perdas, de comprovação de perdas e de cálculo de coberturas para as operações enquadradas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) de que trata o Capítulo 16 do Manual de Crédito Rural (MCR).
<u>Resolução nº 31, de 07/04/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 1, de 13/04/2020</u>	Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19	Institui o Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.
<u>Resolução nº 370, de 13/04/2020</u>	Anvisa	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.
<u>Resolução nº 2, de 14/04/2020</u>	Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19	Altera a Resolução nº 1, de 13 de abril de 2020, para dispor sobre a composição do Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.
<u>Resolução nº 371, de 15/04/2020</u>	Anvisa	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 370, de 13 de abril de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.
<u>Resolução nº 32, de 16/04/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 373, de 16/04/2020</u>	Anvisa	Altera o art. 29 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitem durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) COVID-19.
<u>Resolução nº 160, de 17/04/2020</u>	Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras	Estabelece diretrizes para as reuniões do Plenário do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (CG ICP-Brasil) durante o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Resolução nº 167, de 17/04/2020</u>	Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves	Altera os prazos máximos previstos para a emissão de LCR e para a conclusão do processo de revogação de certificado.

	Públicas Brasileiras	
<u>Resolução nº 21, de 20/04/2020</u>	Agência Nacional de Águas	Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de condicionantes e vigências de outorgas de uso de recursos hídricos, como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19.
<u>Resolução nº 377, de 28/04/2020</u>	Anvisa	Autoriza, em caráter temporário e excepcional, a utilização de "testes rápidos" (ensaios imunocromatográficos) para a COVID-19 em farmácias, suspende os efeitos do § 2º do art. 69 e do art. 70 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009.
<u>Resolução nº 378, de 28/04/2020</u>	Anvisa	Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a importação, comercialização e doação de ventiladores pulmonares, monitores de sinais vitais, bombas de infusão, equipamentos de oximetria e capnógrafos usados, indispensáveis em unidades de terapia intensiva, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada a COVID-19.
<u>Resolução nº 3, de 29/04/2020</u>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, municípios e Distrito Federal, no âmbito do terceiro ciclo do Plano de Ações Articuladas - PAR.
<u>Resolução nº 33, de 29/04/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 860, de 29/04/2020</u>	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador	Dispõe sobre a criação de plataforma digital de intermediação de mão de obra, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine, dedicada a promover e facilitar a contratação de profissionais para atuar no enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus.
<u>Resolução nº 1.312, de 29/04/2020</u>	Anvisa	Autoriza testes rápidos, kits para testes rápidos e insumos para uso no combate ao covid-19.
<u>Resolução nº 1.313, de 29/04/2020</u>	Anvisa	Autoriza quatro testes rápidos para covid-19.
<u>Resolução nº 379, de 30/04/2020</u>	Anvisa	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 356, de 23 de março de 2020, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
<u>Resolução nº 4.810, de 30/04/2020</u>	Banco Central do Brasil	Estabelece medidas de caráter emergencial para os procedimentos relativos à concessão, ao controle e à fiscalização das operações de crédito rural em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19.
<u>Resolução nº 5, de 04/05/2020</u>	Conselho Nacional de Assistência Social	Suspende temporariamente a realização da Assembleia de Eleição da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para compor a Gestão 2020-2022,

		prevista na Resolução nº 38, de 21 de novembro de 2019, do Conselho Nacional de Assistência Social.
<u>Resolução nº 961, de 05/05/2020</u>	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	Estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos do FGTS, e altera a Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS.
<u>Resolução nº 963, de 05/05/2020</u>	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	Regulamenta a suspensão temporária de pagamentos relativos a financiamentos para saneamento básico.
<u>Resolução nº 381, de 12/05/2020</u>	Anvisa	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.
<u>Resolução nº 382, de 12/05/2020</u>	Anvisa	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento das petições de pós-registro de fórmulas para nutrição enteral e fórmulas infantis, em virtude da emergência de saúde pública internacional provocada pelo SARS-CoV-2.
<u>Resolução nº 384, de 12/05/2020</u>	Anvisa	Dispõe sobre inclusão temporária de procedimento de emissão de certificado sanitário por análise documental, regulamentado na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009, às embarcações durante à vigência da pandemia de COVID-19.
<u>Resolução nº 385, de 12/05/2020</u>	Anvisa	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 12 de março de 2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do novo Coronavírus.
<u>Resolução nº 4, de 13/05/2020</u>	Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19	Institui Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estratégicas de Tecnologia da Informação, em resposta aos impactos relacionados à pandemia do coronavírus (Covid-19).
<u>Resolução nº 5, de 13/05/2020</u>	Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19	Institui Grupo de Trabalho de Apoio aos Brasileiros no Exterior, em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.
<u>Resolução nº 17, de 14/05/2020</u>	Fundação Instituto Brasileiro de	Prorroga, para o dia 30 de junho de 2020, o prazo estabelecido no art. 3º da R.PR nº 5/2015 para o recebimento, no IBGE, dos Ofícios provenientes dos órgãos estaduais responsáveis pelas alterações na estrutura territorial oficial e/ou das Assembleias

	Geografia e Estatística	Legislativas, para efeito de cálculo da estimativa populacional a ser publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) em 2020.
<u>Resolução nº 44, de 14/05/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 5, de 15/05/2020</u>	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	Dispõe sobre Diretrizes Extraordinárias e Específicas para Arquitetura Penal, destinadas para o enfrentamento da disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito dos estabelecimentos penais.
<u>Resolução nº 5.889, de 19/05/2020</u>	Agência Nacional de Transportes Terrestres	Altera a Resolução nº 5.879, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre a flexibilização de prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas e do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, e dá outras providências.
<u>Resolução nº 38, de 22/05/2020</u>	Ministério da Educação	Dispõe sobre a suspensão das parcelas, referente aos contratos de Financiamento Estudantil - Fies, devido à pandemia do Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.
<u>Resolução nº 387, de 26/05/2020</u>	Anvisa	Altera o Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 357, de 24 de março de 2020, que estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
<u>Resolução nº 389, de 26/05/2020</u>	Anvisa	Dispõe sobre os requisitos temporários para caracterização e verificação do risco de redução da oferta de medicamentos durante a pandemia do novo Coronavírus.
<u>Resolução nº 391, de 26/05/2020</u>	Anvisa	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 326, de 3 de dezembro de 2019, que estabelece a lista positiva de aditivos destinados à elaboração de materiais plásticos e revestimentos poliméricos em contato com alimentos e dá outras providências, para ampliar o prazo de adequação aos requisitos definidos, em virtude da emergência de saúde pública internacional provocada pelo SARS-CoV-2.
<u>Resolução nº 392, de 26/05/2020</u>	Anvisa	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a aplicação de excepcionalidades a requisitos específicos das Boas Práticas de Fabricação e de Importação de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.
<u>Resolução nº 457, de 26/05/2020</u>	ANS	Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para a infecção pelo Coronavírus (COVID-19).

<u>Resolução nº 4.820, de 29/05/2020</u>	Banco Central do Brasil	Estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional.
<u>Resolução nº 1, de 01/06/2020</u>	Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de maio de 2020, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
<u>Resolução nº 36, de 01/06/2020</u>	Agência Nacional de Mineração	Altera os arts. 1º e 3º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.
<u>Resolução nº 6, de 02/06/2020</u>	Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19	Institui Grupo de Trabalho para a Consolidação das Estratégias de Governança e Gestão de Riscos do Governo federal em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da covid-19.
<u>Resolução nº 5.893, de 02/06/2020</u>	Agência Nacional de Transportes Terrestres	Dispõe sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19.
<u>Resolução nº 5.894, de 09/06/2020</u>	Agência Nacional de Transportes Terrestres	Altera a Resolução nº 5.893, de 02 de junho de 2020, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19.
<u>Resolução nº 395, de 09/06/2020</u>	Anvisa	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19.
<u>Resolução nº 396, de 09/06/2020</u>	Anvisa	Altera o art. 1º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 364, de 1º de abril de 2020.
<u>Resolução nº 51, de 07/06/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 783, de 18/06/2020</u>	Conselho Nacional de Trânsito	Referenda a Deliberação CONTRAN nº 189, de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre a realização das aulas técnico-teóricas do curso de formação de condutores na modalidade de ensino remoto enquanto durar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19.
<u>Resolução nº 885, de 23/06/2020</u>	Agência Nacional de Energia Elétrica	Dispõe sobre a CONTA-COVID, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para estes fins e os procedimentos correspondentes.

<u>Resolução nº 458, de 26/06/2020</u>	Agência Nacional de Saúde Suplementar	Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes sorológicos para a infecção pelo Coronavírus (COVID-19), em cumprimento a determinação judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0810140-15.2020.4.05.8300.
<u>Resolução nº 398, de 07/07/2020</u>	Anvisa	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 355, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais afetos aos requerimentos de atos públicos de liberação de responsabilidade da Anvisa em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.
<u>Resolução nº 67, de 10/07/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 400, de 21/07/2020</u>	Anvisa	Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a aplicação de excepcionalidades a requisitos específicos de rotulagem e bulas de medicamentos, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus.
<u>Resolução nº 402, de 21/07/2020</u>	Anvisa	Estabelece a abertura temporária de pontos de entrada e saída de substâncias sujeitas a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
<u>Resolução nº 405, de 22/07/2020</u>	Anvisa	Estabelece as medidas de controle para os medicamentos que contenham substâncias constantes do Anexo I desta Resolução, isoladas ou em associação, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
<u>Resolução nº 3, de 06/08/2020</u>	Ministério da Cidadania	Pactua como medida de prevenção, cautela e redução do risco de transmissão do novo coronavírus e proteção da pessoa idosa a prorrogação do prazo de validade das Carteiras do Idoso, que expirarem no exercício de 2020, até janeiro de 2021.
<u>Resolução nº 460, de 13/08/2020</u>	Agência Nacional de Saúde Suplementar	Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes sorológicos para infecção pelo Coronavírus e revoga a Resolução Normativa - RN nº 458, de 26 de julho de 2020.
<u>Resolução nº 75, de 25/08/2020</u>	Ministério da Economia	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 1.341, de 27/08/2020</u>	Ministério da Economia	Conselho Nacional de Previdência Social recomenda ampliação da margem do crédito consignado durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com efeitos até 31 de dezembro de 2020.
<u>Resolução nº 978, de 08/09/2020</u>	Ministério da Economia	Regulamenta a suspensão temporária de pagamentos relativos a financiamentos vinculados à área orçamentária de habitação popular.
<u>Resolução nº 8, de 09/09/2020</u>	Casa Civil	Institui Grupo de Trabalho para a coordenação de esforços da União na aquisição e na distribuição de vacinas contra a Covid-19, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.

<u>Resolução nº 89, de 16/09/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Prorroga a vigência da redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 90, de 16/09/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
<u>Resolução nº 13, de 19/10/2020</u>	Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19	Aprova a consolidação das Diretrizes do Comitê de Crise para a Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.
<u>Resolução nº 103, de 20/10/2020</u>	Câmara de Comércio Exterior	Dispõe sobre a redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.

INSTRUÇÃO NORMATIVA	ÓRGÃO	EMENTA
<u>Instrução Normativa nº 19, de 12/03/2020</u>	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Instrução Normativa nº 20, de 13/03/2020</u>	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID- 19).
<u>Instrução Normativa nº 21, de 16/03/2020</u>	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Instrução Normativa nº 22, de 17/03/2020</u>	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de cadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.
<u>Instrução Normativa nº 1.927, de 17/03/2020</u>	Receita Federal	Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação.

<u>Instrução Normativa nº 27, de 25/03/2020</u>	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Instrução Normativa nº 28, de 25/03/2020</u>	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, nos termos da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, e dá outras providências.
<u>Instrução Normativa nº 1931, de 02/04/2020</u>	Receita Federal	Suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).
<u>Instrução Normativa nº 1932, de 03/04/2020</u>	Receita Federal	Prorroga o prazo da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).
<u>Instrução Normativa nº 4, de 07/04/2020</u>	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	Estabelece critérios para a comprovação do poder de representação legal, para fins de renovação de certificados digitais de condomínios, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Instrução Normativa nº 2, de 17/04/2020</u>	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Estabelece procedimentos para disponibilização de dados de empresas de telecomunicações prestadoras de serviço telefônico fixo ou móvel ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para fins de suporte à produção de estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
<u>Instrução Normativa nº 5, de 20/04/2020</u>	Ministério da Cidadania	Estabelece procedimentos extraordinários para captação, execução, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) em razão da Covid-19 e em face das diretrizes fixadas pela União, estados, municípios e Distrito Federal.
<u>Instrução Normativa nº 5, de 20/04/2020</u>	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	Amplia o rol de pessoas jurídicas alcançadas pelo disposto na Instrução Normativa nº 04, de 07 de abril de 2020, às associações sem fins lucrativos, organizações religiosas e fundações.
<u>Instrução Normativa nº 1.960, de 16/06/2020</u>	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	Estabelece medidas para redução dos impactos econômicos decorrentes da doença pelo Coronavírus identificado em 2019 (Covid-19) com relação aos beneficiários do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial de que tratam as Instruções Normativas RFB nº 1.291, de 19 de setembro de 2012, e nº 1.612, de 26 de janeiro de 2016.
<u>Instrução Normativa nº 52, de 06/07/2020</u>	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	Altera a Instrução Normativa nº 22, de 17 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de cadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.

<u>Instrução Normativa nº 1, de 17/08/2020</u>	Secretaria de Comércio Exterior	Dispõe sobre as adaptações necessárias aos procedimentos das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público conduzidas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).
<u>Instrução Normativa nº 3, de 25/09/2020</u>	Ministério do Turismo	Estabelece, em caráter temporário, a suspensão da obrigatoriedade de pagamento dos débitos decorrentes de parcelamentos vigentes e dos prazos de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019, do Ministério da Cidadania, no âmbito do Ministério do Turismo, tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

DELIBERAÇÃO	ÓRGÃO	EMENTA
<u>Deliberação nº 849, de 31/03/2020</u>	Comissão de Valores Mobiliários	Estabelece o prazo para apresentação, pelas companhias abertas, de informações com vencimento no exercício de 2020 e dá outras providências.
<u>Deliberação nº 189, de 28/04/2020</u>	Conselho Nacional de Trânsito	Dispõe sobre a realização das aulas técnico-teóricas do curso de formação de condutores na modalidade de ensino remoto enquanto durar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19.
<u>Deliberação nº 855, de 30/04/2020</u>	Comissão de Valores Mobiliários	Estabelece procedimentos para a realização de sessões de julgamento exclusivamente por videoconferência enquanto perdurarem as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
<u>Deliberação nº 190, de 20/05/2020</u>	Conselho Nacional de Trânsito	Dispõe sobre a realização de vistoria de identificação veicular, de que trata a Resolução CONTRAN nº 466, de 11 de dezembro de 2013, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

DECISÃO	ÓRGÃO	EMENTA
<u>Decisão nº 83, de 20/04/2020</u>	Agência Nacional de Aviação Civil	Autoriza, em caráter excepcional e temporário, alterações de aeronaves e transporte de passageiros usando dispositivos de isolamento de pacientes (Patient Isolation Device - PID).
<u>Decisão de 25/05/2020</u>	Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Aprova, em decisão ad referendum do Conselho Diretor do FNDCT, o orçamento de R\$ 226,5 milhões (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais) integralizado em favor deste Fundo, para aplicação na Ação 2208 21C0 6500, destinada ao enfrentamento do novo coronavírus no âmbito federal.

CIRCULAR	ÓRGÃO	EMENTA
<u>Circular nº 4.009, de 28/04/2020</u>	Banco Central do Brasil	Dispõe sobre medidas temporárias e em caráter de excepcionalidade aplicáveis à constituição e ao funcionamento de grupos de consórcio em decorrência da pandemia de Covid-19 e altera a Circular nº 3.432, de 3 de fevereiro de 2009.
<u>Circular nº 913, de 18/06/2020</u>	Caixa Econômica Federal	Publica a versão 13 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada FGTS.

RECOMENDAÇÃO	ÓRGÃO	EMENTA
<u>Recomendação nº 1, de 16/04/2020</u>	Ministério da Cidadania	Estabelece o prazo para apresentação, pelas companhias abertas, de informações com vencimento no exercício de 2020 e dá outras providências.
<u>Recomendação nº 1, de 22/04/2020</u>	Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19	Dispõe sobre o acompanhamento e fiscalização, por parte dos Ministérios Públicos, da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate à Epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19).
<u>Recomendação nº 1, de 09/09/2020</u>	Casa Civil, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público	Dispõe sobre cuidados à comunidade socioeducativa, nos programas de atendimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (COVID-19), em todo o território nacional e dá outras providências.

